



O desenvolvimento socioambiental na Transamazônica e Xingu: a trajetória de um discurso a muitas vozes

Por Ana Paula Santos Souza¹

A Transamazônica, uma das maiores rodovias que rasgou o coração da floresta amazônica em 1970, sempre teve espaço na imprensa. No princípio, em função do caráter de obra faraônica que para alguns consumiria os recursos públicos e serviria apenas para ligar o nada a lugar nenhum. Para outros, a redenção da Amazônia, que seria definitivamente incorporada ao resto do país e teria seu desenvolvimento garantido. Mais tarde, o abandono do projeto por parte do Governo Federal também virou manchete: o drama de milhares de famílias migrantes isoladas no meio das estradas intransitáveis que cortavam a floresta, sem acesso a saúde, educação e crédito agrícola também foi notícia em jornais e revistas de circulação estadual e até nacional recheando também a retórica dos políticos, obviamente não com a mesma repercussão do passado. A partir de 1987, a reação da sociedade civil organizada, liderada pelos agricultores e a Igreja Católica, ocupou novamente as páginas dos jornais estaduais, surgia então o Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST): uma reação dos agricultores ao abandono do governo que foi apoiada por vários outros grupos organizados, dentre esses a Igreja Católica através da Prelazia do Xingu, que exigiam do Governo Federal a retomada do projeto de colonização.

1 – O histórico dos movimentos sociais da Transamazônica e Xingu

Em 1992, as lideranças que formavam o MPST criaram a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) para ser a sua representação jurídica. A FVPP é uma entidade sem fins lucrativos, sobrevive de doações, projetos sociais e trabalho voluntário. Com sede em Altamira no estado do Pará. Fundada pela iniciativa das organizações de agricultores, movimentos pastorais e populares urbanos e de educadores da Transamazônica e Xingu, no Pará. Tem uma função aglutinadora da formulação de políticas públicas, econômicas e sociais para região. Desde sua fundação, se mantém articulada com os movimentos mais avançados da Amazônia e do país, na proposição e execução de projetos identificados com uma visão sustentável de desenvolvimento.

¹ Professora, Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável. Atualmente Coordenadora Geral da FVPP – Paulinhaxingu@hotmail.com

A FVPP atualmente tem aproximadamente 113 organizações (sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, associações, cooperativas, movimentos de mulheres, pastorais religiosas, movimentos culturais e outros) filiadas nos municípios da Transamazônica e Xingu, em 15 municípios do Sudoeste Paraense que em cada município formam a rede de articulação e sustentação da FVPP. O principal fórum de decisões da FVPP é a assembléia geral realizada anualmente para avaliar e definir atividades. É essa assembléia também que a cada 03 anos eleger uma diretoria executiva formada por 05 pessoas e referenda o Conselho Deliberativo e fiscal eleitos nos municípios da área de atuação da FVPP.

A FVPP contribuiu decisivamente para conquistas econômicas e sociais que fizeram da Transamazônica e Xingu, uma região em que a agricultura familiar se manteve relativamente estável, quando as condições estruturais do país e da região acentuavam o abandono e o empobrecimento das populações rurais. A FVPP coordena atualmente um projeto de desenvolvimento com atividades planejadas de 2003 a 2013, no qual aperfeiçoa as estratégias produtivas, visando encadeamentos na economia florestal, agrícola, pecuária e pesqueira e consolida ações de comunicação, educação e infra-estrutura, a partir das proposições da sociedade.

1.2 – O desenvolvimento regional e o papel do movimento social

O objetivo central da FVPP é contribuir para as políticas de desenvolvimento sustentável na Amazônia, fortalecendo iniciativas econômicas que promovam o bom uso dos recursos naturais, uma gestão participativa do território, uma economia em bases diversificadas e plenos benefícios sociais às populações rurais e urbanas da região. Uma organização diversificada com foco no desenvolvimento sustentável, especialmente no meio rural, também exerce parcerias estratégicas com organismos governamentais e não-governamentais estaduais e federais na implementação de políticas de educação, juventude, assistência técnica, crédito agrícola, economia florestal e pesqueira. Nessa direção promoveu em conjunto com outros parceiros a criação do Mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio, formado por reservas extrativistas, parque, estação ecológica e outros, somando aproximadamente 07 milhões de hectares e florestas retirados das mãos de grileiros e destinados ao uso sustentável.

Por outro lado, há a crítica ofensiva de outros grupos políticos que se sentem prejudicados pelas restrições da política ambiental na região, esses por sua vez apontam a Igreja Católica e o movimento social dos agricultores, liderado pela FVPP, como os responsáveis por todas as questões ambientais em debate, bem como pelas ações de fiscalização e restrição feitas pelo Governo Federal, nos últimos três anos. Essa situação de conflito também trouxe perdas irreparáveis para o movimento social, dentre essas, o assassinato de importantes lideranças como Dorothy Stang e Ademir Federicci, pessoas ligadas a FVPP desde sua criação.

A FVPP passou a ter visibilidade pública mais forte a partir de 1993, quando passou a gerenciar projetos oriundos de recursos públicos e doações internacionais (ex. PP-G7). Foi uma das protagonistas da conquista do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), uma linha de crédito para a agricultura familiar, e o projeto Proambiente, considerado o resumo das aspirações de desenvolvimento para a agricultura familiar na região e as Casas Familiares Rurais (destinadas à formação de jovens filhos de agricultores) são apontados pelas organizações locais, pelos agricultores, os estudantes e imprensa como importantes iniciativas na construção do desenvolvimento aliado à preservação do meio ambiente na Transamazônica e Xingu.

1.3 – O desafio de construir um outro futuro

Muitos motivos novos e antigos tornam desafiador o exercício de construir um outro futuro para a Amazônia, e também na Transamazônica e Xingu, dentre esses o modelo de desenvolvimento baseado nos grandes projetos sem o mínimo de respeito à biodiversidade e as populações que habitam essas regiões. Atualmente, um exemplo disso é a construção da grande usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no município de Altamira. Um tema que gera discursos díspares na região. De um lado, a defesa de um projeto sustentável quase sempre liderada pelos movimentos sociais. De outro, os que vêem os recursos naturais como uma fonte inesgotável de riqueza, para esses setores liderados por empresários, políticos, madeireiros, fazendeiros e grileiros, qualquer um nessa região que defenda a necessidade de um debate mais qualificado social e ambientalmente, sobre a sustentabilidade de grandes projetos, sofre críticas duras desses grupos econômicos que enxergam nos recursos naturais uma fonte inesgotável de riquezas a serem urgentemente aproveitadas.

No caminho inverso, a consolidação de um modelo de desenvolvimento voltado para o fortalecimento da agricultura familiar, do extrativismo praticado pelas populações indígenas e ribeirinhas e do acesso às políticas públicas básicas para as populações parece ainda mais difícil considerando que as políticas de governo nacionais e internacionais tocam apenas periféricamente nessas questões. Como falar em mudanças nos modos de produção se toda tecnologia que os agricultores da Amazônia têm acesso é o uso do fogo? Como falar em mudanças se a população desconhece, por exemplo, o destino das centenas de crimes ambientais cometidos por grandes fazendeiros, madeireiros e grileiros? Como falar em mudança nos parâmetros para o desenvolvimento se os bancos públicos continuam financiando a pecuária extensiva para grandes e pequenos? Como fazer a ‘revolução socioambiental’ se a maioria das populações das unidades de conservação e dos projetos de assentamentos florestais é completamente analfabeta?

Mesmo assim, o desenvolvimento socioambiental na Transamazônica não é uma aspiração utópica, a busca desse equilíbrio não tem receita pronta, e sua prática ainda está longe dos atuais discursos dos ambientalistas ou desenvolvimentistas. É preciso provar, experimentar na prática: Mas é preciso acreditar na capacidade de todas essas populações construírem, juntas, novos rumos, exemplos mostram que isso é possível. Um desses exemplos é o programa Proambiente cujo pólo da Transamazônica é coordenado pela FVPP, um programa voltado para a promoção da agricultura familiar sustentável na Amazônia. O Proambiente busca unir a produção e o uso sustentável dos recursos naturais de forma integrada nas propriedades rurais, com ênfase nos serviços ambientais (redução de desmatamento, fogo e agrotóxicos, recuperação de nascentes, rios, lagos e seqüestro de carbono). Somente na Transamazônica mais de 300 famílias de agricultores familiares estão inseridas ativamente no projeto, perfazendo uma área de aproximadamente 24 mil hectares. Apesar dos inúmeros resultados positivos, tais como a redução das queimadas e do desmatamento nessas propriedades, o programa ainda não se tornou uma política pública efetiva, mas caminha nessa direção.

Um outro exemplo que demonstra a capacidade das populações da Amazônia de superarem desafios foi a criação do Fundo Dema. Uma experiência de articulação dos movimentos sociais que começou com uma denúncia do roubo de madeiras (Mogno) em terras públicas e áreas indígenas na região da Terra do Meio (entre São Félix e Altamira). Após ser apreendido, os milhares de metros cúbicos de madeiras foram doados pelo IBAMA às organizações (dentre elas a FVPP) que juntas beneficiaram a madeira, venderam no mercado internacional e com o lucro líquido criaram um Fundo Permanente, cujo capital não pode ser gasto, apenas os rendimentos auferidos das aplicações bancárias. O Fundo Dema financia pequenos projetos socioambientais (até R\$20.000) para as organizações locais e comunidades mais isoladas.

Pensar o futuro da Amazônia é também investir no futuro das gerações que habitam essas terras. Exemplos como os citados acima são muitos e mostram que é possível sim construirmos juntos “Um outro futuro”.

Altamira, 20 de Janeiro de 2008.